COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.153, DE 2014

Destina recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico.

Autor: Deputado Edinho Bez

Relator: Deputado Misael Varella

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.153, de 2014, do Deputado Edinho Bez, destina recursos aos hospitais filantrópicos situados em locais de interesse turístico, caracterizados de acordo com a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

O art. 2º do Projeto estabelece que percentual do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres será aplicado exclusivamente em ações do interesse e da necessidade dos hospitais filantrópicos em locais turísticos. Ademais, acrescenta que a distribuição dos recursos relativos ao repasse dar-se-á proporcionalmente, na forma da regulamentação, de acordo com o fluxo turístico da localidade. Por fim, determina que os recursos relativos ao repasse serão creditados diretamente pela rede bancária arrecadadora, mensalmente, ao Tesouro Nacional, que os repassará, em quinze dias, aos Tesouros Estaduais.

Na justificção, o autor informa que os municípios com vocação turística se beneficiam dos ganhos econômicos que chegam com os fluxos turísticos, mas também sofrem consequências pelo crescimento sazonal de sua população, inclusive no setor de saúde. Para abrandar esse problema,

sugere que 2% dos 45% do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres que já são compulsoriamente repassados para o Sistema Único de Saúde sejam utilizados exclusivamente em ações do interesse e da necessidade de hospitais filantrópicos das regiões turísticas.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), das Comissões de Turismo; de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (para análise da adequação financeira e orçamentária) e Constituição e Justiça e de Cidadania (para apreciação da constitucionalidade e juridicidade).

Na comissão de Turismo, recebeu parecer pela aprovação, com emenda.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) a apreciação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 7.153, de 2014, do Deputado Edinho Bez, no que tange ao direito à saúde e ao sistema público de saúde.

O DPVAT é um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Previsto na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, independentemente da aferição da respectiva culpa. Assim, o pagamento é devido ainda quando o veículo causador do dano não foi identificado ou está inadimplente no pagamento do prêmio.

Este seguro é financiado por meio de prêmios, que são pagos por todos os proprietários de veículos automotores, como condição para o licenciamento anual do veículo. De acordo com as normas vigentes, o

vencimento ocorre juntamente com a primeira parcela do IPVA, ou com a cota única. O preço do seguro DPVAT, que varia em função do tipo de veículo, é definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, com base em estudos estatístico-atuariais desenvolvidos pela Superintendência de Seguros Privados.

A distribuição dos recursos arrecadados com o DPVAT, de acordo com o Decreto nº 2867, de 8 de dezembro de 1998, é a seguinte: 45% são destinados para o Fundo Nacional de Saúde, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; 5% são reservados para programas de educação no trânsito; e os 50% restantes ficam sob o controle das seguradoras, para o pagamento do benefício.

O autor do projeto propõe que 2% desses 45% que são destinados para o Fundo Nacional de Saúde sejam remetidos exclusivamente em ações do interesse e da necessidade dos hospitais filantrópicos em locais turísticos. Todavia, embora a intenção do Parlamentar seja nobre, diante da atual situação dos hospitais filantrópicos brasileiros, não devemos fazer distinções entre instituições utilizando-nos como critério o público a quem elas prestam serviços de saúde.

Para esclarecer acerca da situação das filantrópicas no Brasil, faremos breve exposição de dados relativos ao assunto.

Conforme o relatório da Subcomissão Especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde, desta Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, havia, em 2012, cerca de 2.100 estabelecimentos hospitalares filantrópicos, com mais de 155.000 leitos, correspondendo a 31% do total do Brasil. Deste total, cerca de 130.000 eram mantidos pelo SUS. O relatório também explicitou que as filantrópicas, na época, eram uma das mais importantes empregadoras no mercado de trabalho e de serviços da saúde, respondendo por cerca de 480.000 empregos formais diretos, sem considerar os 140.000 médicos que nele atuam como autônomos.

Outra constatação do relatório foi que, apesar de sua importância para o sistema de saúde, o financiamento das filantrópicas é defasado e insuficiente. Números de 2011 apontam para um déficit de R\$ 5.1

bilhões no setor. De um custo de R\$ 14,7 bilhões por serviços prestados ao SUS, apenas R\$ 9,6 bilhões foram devidamente remunerados.

Diante do exposto, percebemos que as filantrópicas em geral – e não apenas as situadas em locais de interesse turístico- necessitam de mais recursos para funcionamento. Anos de insuficiência de financiamento dessas instituições levaram à defasagem da estrutura das unidades, com redução de leitos e da oferta de exames diagnóstico, principalmente nas áreas de imagens e oncologia, além de carências de tecnologias nas UTIs, nos blocos cirúrgicos, e setores de urgências e emergências. Por isso, sugerimos, no substitutivo que propomos a seguir, a exclusão da expressão “situados em locais turísticos”, para estender o benefício da lei porventura aprovada a todas as filantrópicas de saúde. No substitutivo, também substituímos o Decreto nº 1.107, de 23 de dezembro de 1993, pelo Decreto nº 2867, de 8 de dezembro de 1998, que o revogou.

Assim, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.153, de 2014, do Deputado Edinho Bez, na forma do substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado MISAEL VARELLA
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.153, DE 2014

Destina parte dos recursos do prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) repassados ao Fundo Nacional de Saúde para os Hospitais Filantrópicos conveniados com o Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei destina parte dos recursos do prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) repassados ao Fundo Nacional de Saúde para os Hospitais Filantrópicos.

Art. 2º O montante de 2% (dois por cento) incidente sobre os 45% (quarenta e cinco por cento) do valor bruto recolhido do segurado a crédito direto do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do Decreto nº 2867, de 8 de dezembro de 1998, será destinado aos Hospitais Filantrópicos conveniados com o Sistema Único de Saúde, de acordo com o regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado MISAEL VARELLA
Relator